

Artigos Livres

Atenção integral em desastres: o trabalho do Serviço Social em um serviço de acolhimento pós-acidente

Comprehensive care in disasters: Social Work practice in a post-accident support service

Isabelle Rossatto Cesa¹ , Camile Alves Cezar¹ , Nadianna Rosa Marques¹ 

¹ Universidade Federal de Santa Maria , Santa Maria, RS, Brasil

RESUMO

Este artigo apresenta o trabalho do Serviço Social em um Serviço de Acolhimento emergencial, criado para atender estudantes e familiares impactados por um grave acidente envolvendo um ônibus de uma Instituição de Ensino Superior no interior do Rio Grande do Sul. A experiência, realizada fora do contexto habitual do Sistema Único de Saúde, exigiu respostas rápidas, coordenadas e integradas entre múltiplos atores institucionais. Trata-se de um estudo qualitativo, orientado pelo materialismo histórico-dialético, que se caracteriza como relato de experiência. Os resultados evidenciam a relevância da atuação profissional na escuta qualificada, nos encaminhamentos, na articulação intersetorial e no suporte psicossocial, contribuindo para a atenção integral às vítimas e familiares. A experiência reafirma o papel estratégico do Serviço Social na gestão de crises, no enfrentamento de desigualdades sociais e no fortalecimento das redes comunitárias de apoio.

Palavras-chave: Desastres; Acolhimento; Gestão à crise; Articulação intersetorial; Serviço Social

ABSTRACT

This article presents the work of Social Work in an emergency reception service created to assist students and families affected by a serious bus accident involving a Higher Education Institution in the countryside of Rio Grande do Sul, Brazil. The experience, carried out outside the usual context of the Brazilian Unified Health System, required rapid, coordinated, and integrated responses among multiple institutional actors. This is a qualitative study, guided by historical-dialectical materialism, characterized as an experience report. The results highlight the relevance of professional practice in qualified listening, referrals, intersectoral articulation, and psychosocial support, contributing to comprehensive care for victims and their families. The experience reaffirms the strategic role of Social Work in crisis management, in addressing social inequalities, and in strengthening community support networks.

Keywords: Disasters; Reception and support services; Crisis management; Intersectoral coordination; Social Work

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre a intervenção do Serviço Social em um Serviço de Acolhimento criado para atender estudantes e familiares impactados por um acidente envolvendo um ônibus em um município do interior do Rio Grande do Sul. O veículo transportava discentes e docentes de uma Instituição de Ensino Superior, e o acidente resultou na morte de sete pessoas e deixou outras vinte e seis feridas. A experiência constitui um campo singular de intervenção profissional, considerando que o serviço foi implementado dentro de uma instituição de ensino, no campo da educação, e não no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), exigindo respostas rápidas e coordenadas frente à situação de crise.

O trabalho de assistentes sociais nesse contexto se ancora no Código de Ética Profissional, que prevê a participação em programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades (CFESS, 1993). Mesmo diante de situações inéditas e complexas, a profissão dispõe de fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos que asseguram respostas qualificadas às demandas emergentes (CFESS, 2022).

O Serviço de Acolhimento foi iniciado de forma emergencial, contando com profissionais voluntárias(os) do Serviço Social, Enfermagem e Psicologia, além de docentes, técnicos-administrativos da instituição, servidores e gestores da rede municipal de saúde e da Defesa Civil municipal e estadual. A iniciativa buscou atender não apenas aos sobreviventes e suas famílias, mas também familiares das vítimas fatais, promovendo acolhimento, escuta, encaminhamentos e articulação com redes de apoio. A experiência se insere em um município afetado por outros desastres (incêndio e inundações), reforçando a dimensão coletiva do sofrimento e a necessidade de respostas institucionais estruturadas.

Assim, este artigo configura-se como um estudo qualitativo, fundamentado em Minayo (2012), uma vez que possibilita apreender a realidade social em sua

complexidade, permitindo compreender significados, motivações e práticas que não podem ser reduzidos a dados estatísticos. Além disso, caracteriza-se como um relato de experiência, por considerar a vivência como ponto de partida para a aprendizagem e por possibilitar a apresentação crítica de práticas e intervenções científicas e profissionais (Mussi; Flores; Almeida, 2021). A reflexão orienta-se, ainda, pelo olhar crítico do materialismo histórico-dialético.

Para tanto, organiza-se da seguinte forma: na primeira seção, discute-se a atenção e a gestão da crise em desastres, com a apresentação de conceitos e referências teóricas; na segunda seção, apresenta-se o Serviço de Acolhimento, detalhando sua criação, funcionamento e estrutura, bem como analisa-se especificamente a intervenção do Serviço Social nesse contexto, evidenciando desafios e potencialidades; e, por fim, são apresentadas as considerações finais do trabalho.

2 ATENÇÃO E GESTÃO À CRISE EM DESASTRES: INTERLOCUÇÕES COM O SERVIÇO SOCIAL

Desastres não são ocorrências isoladas, são eventos extremos que amplificam as desigualdades, relações de poder e vulnerabilidades historicamente construídas. Para Valencio (2010), desastres se revelam como eventos disruptivos da dinâmica social, pois em seu cotidiano não podemos ignorar que sua ocorrência frequente encontra-se presente na vida daqueles que estão desamparados das ações de garantia de direitos e vivem em condições de risco e vulnerabilidade social, antes mesmo do desastre ocorrido. Esta é a mesma população a qual exige do Estado maiores respostas (mitigação), de ações eficientes, e processos de compreensão objetivas e subjetivas das perdas e danos causados em um desastre, permitindo uma maior restauração do sentido de sobrevivência e daquilo que de fato possa promover uma condição de dignidade às comunidades afetadas (Valencio, 2010 apud Quarantelli, 2005).

A compreensão dos desastres como fenômenos socialmente produzidos amplia significativamente a forma como se concebe a atenção e a gestão às crises que

deles decorrem. Longe de serem apenas eventos naturais, os desastres evidenciam desigualdades históricas, omissões do poder público, fragilidade de políticas sociais e vulnerabilidades acumuladas por determinados grupos sociais. Nesse sentido, a gestão de desastres e, particularmente, da crise gerada por eles não pode ser restrita a respostas técnicas ou emergenciais: ela exige uma abordagem integrada, intersetorial e orientada por princípios de justiça social.

O trabalho do Serviço Social nesse campo insere-se como um componente essencial da resposta social organizada. Como destaca o Código de Ética Profissional (CFESS, 1993), é dever do(a) assistente social participar de ações voltadas à defesa dos interesses e das necessidades de populações afetadas por situações de calamidade pública, o que inclui tanto desastres socioambientais quanto acidentes de grandes proporções, como o ocorrido no município do interior do Rio Grande do Sul. Mais do que um imperativo ético, a intervenção nesse cenário exige instrumentalização crítica, análise política e capacidade de atuação coletiva e articulada com diferentes agentes institucionais.

Do ponto de vista teórico-metodológico, Souza (2017) apresenta um Modelo Multidimensional de Gestão de Risco de Desastres (MMGRD) como alternativa ao modelo linear e fragmentado que ainda prevalece nas políticas públicas. Este modelo propõe uma abordagem cíclica e integrada da gestão, articulando cinco dimensões: prevenção, mitigação, preparação, resposta e reconstrução, com valorização dos saberes locais, da participação comunitária e da articulação interprofissional. Essa abordagem encontra consonância com os fundamentos do Serviço Social, ao reconhecer a centralidade das relações sociais e das desigualdades estruturais na produção e nos impactos dos desastres.

Nesse cenário, o Serviço Social atua de forma estratégica, utilizando seu arcabouço técnico-operativo para promover escuta qualificada, apoio psicossocial, encaminhamentos a serviços da rede e mobilização institucional. O trabalho profissional não se restringe a intervenções pontuais; pelo contrário, deve articular

uma resposta sustentada, em diálogo com as demais profissões e com o Estado. A escuta das famílias, o suporte aos sobreviventes, a mediação entre instituição e comunidade e o cuidado ético com a memória das vítimas constituíram pilares dessa intervenção, pautada na valorização da vida e no enfrentamento da dor coletiva.

Além disso, a intervenção do Serviço Social na gestão da crise reafirma sua competência em lidar com situações-limite, que exigem rapidez sem perder a criticidade, empatia sem cair no assistencialismo e ação sem abrir mão da mediação entre sujeitos e direitos. Como argumenta Lole (2020), é preciso compreender a crise não apenas como interrupção da normalidade, mas como expressão de contradições sociais que se tornam visíveis e insuportáveis em determinados momentos históricos.

A partir dessa concepção, o enfrentamento da crise gerada pelo desastre não pode ser dissociado de uma agenda mais ampla de fortalecimento das políticas sociais, planejamento intersetorial e preparação para eventos futuros. A presença recorrente de desastres no município como incêndios e inundações demonstra que a crise não é exceção, mas parte de um cotidiano que demanda institucionalidade, recursos e formação permanente dos profissionais que atuam nessas frentes.

3 O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO

O Serviço de Acolhimento teve início imediatamente após o acidente. Diante da gravidade do ocorrido, foi estruturado um espaço provisório de referência para acolher os sobreviventes e seus familiares. Nesse ambiente, realizaram-se os primeiros atendimentos, com foco especial nos estudantes que retornavam em busca de pertences recuperados, informações sobre colegas e orientações relacionadas à saúde. O acolhimento, nesse momento inicial, aconteceu de forma contínua, graças à mobilização de servidores, voluntários e profissionais da rede de atenção psicossocial. Nos dias subsequentes, especialmente durante o final de semana, o serviço manteve-se ativo em todos os turnos, incluindo o acompanhamento às famílias durante os atos fúnebres.

Com a necessidade de ampliar e estruturar o atendimento, as atividades foram transferidas para um setor institucional responsável por ações educacionais e de apoio aos estudantes, vinculado à gestão universitária. Esse setor tem como atribuições o desenvolvimento de políticas de apoio educacional, a promoção da acessibilidade e de ações afirmativas, além do acompanhamento psicopedagógico em articulação com outras áreas da instituição. Organiza-se em quatro subdivisões: Acessibilidade; Apoio à Aprendizagem; Ações Afirmativas Sociais, Étnico-Raciais e Indígenas; e Educação-Saúde. Foi nesta última que o Serviço de Acolhimento encontrou respaldo institucional, possibilitando a formação de uma equipe específica para atendimento às vítimas e familiares.

Para tanto, foi selecionado estudantes de programas de pós-graduação como bolsistas: um enfermeiro, duas psicólogas, duas assistentes sociais e duas fisioterapeutas. Embora vinculadas(o) academicamente, todas(o) possuem registro profissional em seus conselhos de classe, o que assegura a qualificação técnica dos atendimentos. Além disso, o próprio setor disponibilizou profissionais já vinculados à Subdivisão de Educação-Saúde, incluindo uma médica clínica geral e duas psiquiatras. A constituição dessa equipe multidisciplinar garantiu que o acolhimento fosse conduzido de forma mais qualificada e sistemática, oferecendo atenção integral aos sobreviventes e familiares.

A experiência do Serviço de Acolhimento evidenciou a necessidade urgente de se consolidar espaços e equipes de atendimento que transcendam o caráter emergencial e pontual típico das crises em desastres. Embora a resposta imediata seja fundamental para minimizar impactos e oferecer suporte inicial às vítimas e suas famílias, o trabalho realizado demonstra que as consequências sociais, emocionais e materiais desses eventos são duradouras e complexas, exigindo acompanhamento contínuo. Nesse sentido, a institucionalização do serviço, profissionais permanentes da instituição, é crucial para garantir a sustentabilidade das ações e a qualidade do atendimento a longo prazo, pois com vínculo estável e conhecedores da dinâmica

da instituição têm maior capacidade de articular redes, acompanhar os processos de recuperação e promover estratégias integradas de cuidado e inclusão social.

Além disso, a permanência da equipe permite que o Serviço de Acolhimento atue não apenas em situações de emergência, mas também em contextos cotidianos que possam representar ameaças à integridade e ao bem-estar da comunidade acadêmica. Isso fortalece a prevenção, a promoção da saúde mental, o apoio psicossocial e o fortalecimento da permanência estudantil, contribuindo para a construção de um ambiente institucional mais resiliente, sensível e preparado para responder às múltiplas vulnerabilidades. A continuidade do serviço reafirma a necessidade de reconhecer os desastres como fenômenos sociais que demandam intervenções estruturadas, políticas públicas integradas e profissionais qualificados em constante diálogo com os sujeitos afetados, a fim de garantir não apenas a recuperação, mas a transformação das condições que potencializam os riscos e agravam as desigualdades.

As ações do Serviço de Acolhimento acompanharam a evolução das demandas ao longo do tempo. Na primeira etapa, logo após o acidente, prevaleceram atividades emergenciais, como busca ativa junto a estudantes e familiares, fortalecimento de vínculos, identificação de necessidades específicas, apoio na identificação de pertences, estabelecimento de contatos emergenciais e realização de visitas domiciliares e hospitalares. Posteriormente, com o serviço já estruturado, foram implementadas ações de caráter continuado: análise de ressarcimento de despesas em saúde, encaminhamentos para a rede de atenção psicossocial, referenciamento junto à atenção básica, acesso a especialistas em hospitais de alta complexidade e de referência, a disponibilização de transporte para atendimentos em saúde, a pactuação de fluxos com a rede de atenção para acompanhamento longitudinal e a vinculação com diferentes serviços, garantindo a integralidade e a continuidade do cuidado. Também, destaca-se a criação do Grupo de Apoio e Escuta para estudantes sobreviventes e familiares.

Essa trajetória demonstra que o Serviço de Acolhimento foi transformando-se conforme as necessidades se apresentavam, transitando de um atendimento emergencial

para uma estrutura organizada e de longo prazo. Nesse contexto, a atuação das diferentes áreas profissionais merece destaque, em especial a do Serviço Social, cuja contribuição será detalhada na seção seguinte.

3.1 O trabalho do Serviço Social no Serviço de Acolhimento

Nos últimos anos, as produções bibliográficas de pesquisadoras e pesquisadores do Serviço Social sobre desastres têm se intensificado, contribuindo para ancorar a intervenção profissional frente a eventos dessa natureza (Santos, 2012; Marques, 2018; Dutra, 2020). Essa crescente atenção se deve, em grande parte, aos desastres associados às mudanças climáticas, que decorrem de processos do capital, como desmatamento e exploração econômica predatória, e que se manifestaram em tragédias recentes, como o rompimento das barragens de Brumadinho e Mariana, bem como os impactos da pandemia da COVID-19, e as inundações no estado do Rio Grande do Sul em 2023 e 2024.

Entretanto, existem situações que não decorrem diretamente do evento adverso causado pelo desastre, mas sim de negligência e falhas estruturais. Tais circunstâncias evidenciam que esses eventos podem impactar tantas pessoas em situação de vulnerabilidade social pré-existente quanto indivíduos que, mesmo dispendo de condições materiais favoráveis, tornam-se vulneráveis diante do trauma. Nesse cenário, a intervenção do Serviço Social revela-se essencial, pois possibilita a identificação de necessidades específicas, a articulação de direitos e a promoção de estratégias de apoio que respondam à complexidade social envolvida.

Consoante a Marth e Soares (2017), além do sofrimento físico e psíquico, acidentes de trânsito podem desencadear uma série de expressões da questão social até então não vivenciadas pelos sujeitos e seus familiares, tais como desemprego, alteração da renda familiar; adoecimento mental, entre outras, que sugerem a necessidade da intervenção do Serviço Social juntamente com outros profissionais, visando à garantia do direito integral à saúde dos envolvidos. Nesse contexto, o processo de trabalho em saúde deve

considerar os encontros entre trabalhadores multiprofissionais e usuários, criando fluxos de atenção que possibilitem intervenções mais integradas e eficazes (Buzzatte, 2023), como no atendimento aos familiares das vítimas fatais, com articulação de serviços de saúde mental para suporte frente ao luto.

Consideramos que no Serviço de Acolhimento, as ações foram realizadas de forma multidisciplinar e considerando as especificidades de cada estudante. Os atendimentos do Serviço Social realizados a partir do núcleo, também foram ocorrendo de forma compartilhada. Embora ainda não sejam promovidas atividades em grupos ou oficinas, o trabalho não se limita ao contato individual, estendendo-se à participação em reuniões de equipe semanais, à realização de atendimentos domiciliares e visitas institucionais. Conforme Sousa (2008), essas visitas podem ter diferentes propósitos: conhecer uma instituição com a qual o(a) usuário(a) mantém vínculo; observar trabalhos desenvolvidos por uma instituição; ou avaliar a cobertura e a qualidade dos serviços prestados. Nesse sentido, as visitas institucionais serviram para conhecer a realidade de outras políticas e serviços e, ao mesmo tempo, aprofundar o entendimento sobre os territórios de origem das(os) estudantes, permitindo identificar a melhor forma de orientá-los e acompanhá-los.

O mapeamento dos territórios de origem das(os) estudantes é utilizado como ferramenta estratégica para o planejamento de ações direcionadas. Com base nesse conhecimento, constrói-se a articulação com as redes setoriais e intersetoriais, bem como com os recursos disponíveis nos territórios, visando à inserção dos casos acolhidos e à continuidade do cuidado, especialmente junto aos serviços públicos de saúde e à rede de Atenção Psicossocial (RAPS). O Serviço Social participa de reuniões de equipe e, além disso, mantém interlocução com a equipe de uma Policlínica que atende casos de crise subjetiva relacionados ao comportamento suicida, por meio de encontros mensais e discussões de casos, promovendo integração e alinhamento das ações em saúde mental.

O conhecimento do território e a articulação institucional oferecem suporte às práticas de acolhimento realizadas no Serviço, fortalecendo a intervenção das assistentes

sociais. Conforme Chupel e Miotto (2010), o acolhimento envolve escuta, troca de informações e compreensão da situação das(os) usuárias(os). No contexto deste Serviço de Acolhimento, essas práticas permitem atender às necessidades imediatas das(os) estudantes e também apoiar estratégias voltadas à permanência estudantil e à garantia de direitos. Nesse sentido, o trabalho das assistentes sociais se alinha ao documento Subsídios para atuação de assistentes sociais na política de educação, elaborado pelo CFESS (2014), que destacam que o trabalho profissional no campo da educação não se limita a abordagens individuais ou ao segmento estudantil, mas se inscreve em múltiplas dimensões das lutas sociais pela educação pública como direito social.

Apesar disso, iniciativas voltadas à promoção da saúde no ambiente universitário demonstram potencial para fortalecer a permanência estudantil. Nesse contexto, a dimensão pedagógica assume papel central ao buscar fomentar o sentimento de pertencimento entre os estudantes e apoiar a superação de experiências traumáticas. Por esse motivo, é fundamental reconhecer que tais ações também representam formas de atendimento a direitos, pois se configuram como estratégias relevantes no enfrentamento de situações de ameaça, violação ou negação de direitos sociais, humanos e educacionais (CFESS, 2014).

No caso relatado, a implementação do Serviço de Acolhimento no espaço da educação rompe com a lógica tradicional da gestão da crise no Sistema Único de Saúde ou à Defesa Civil. A criação de um espaço de acolhimento emergencial dentro de uma Instituição de Ensino Superior representou uma resposta inovadora e sensível, ainda que desafiadora, ao contexto de dor, luto e desorganização emocional e institucional gerados pelo acidente. Essa experiência evidenciou a importância de se efetivar respostas rápidas e coordenadas, mas também a necessidade de articulação entre diferentes políticas públicas (educação, saúde, assistência social, segurança, entre outras).

Portanto, o trabalho de atenção e gestão à crise com a intervenção do Serviço Social no contexto do acidente vivenciado na instituição de ensino percebe-se que não se limitou ao imediato, mas contribui para a construção de respostas mais

humanizadas, democráticas e transformadoras. O desafio está em consolidar essa experiência pontual como referência institucional, ampliando o debate sobre o papel das instituições de ensino, das redes públicas e da própria profissão frente à intensificação dos desastres em contextos de profundas desigualdades sociais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A organização do Serviço de Acolhimento, aliada à assistência em saúde e financeira, mostrou-se fundamental para mitigar os impactos imediatos do acidente e apoiar a recuperação das pessoas envolvidas. Dessa forma, evidencia-se a importância de respostas institucionais estruturadas e interconectadas, pautadas na solidariedade, na cooperação entre serviços e na responsabilização quanto à prevenção e mitigação antes, durante e após eventos adversos.

Entretanto, a composição majoritariamente por bolsistas de pós-graduação representou uma limitação, pois a alta rotatividade comprometeu a vinculação das(os) profissionais com as(os) estudantes, a instituição e os serviços. Nesse sentido, a experiência ressalta a necessidade de equipes permanentes e estáveis, com servidores(as) efetivos(as), capazes de consolidar práticas qualificadas, contínuas e sustentáveis. Equipes permanentes fortalecem a resiliência institucional, permitem a articulação de redes de apoio, o acompanhamento integral das vítimas e a promoção de direitos e permanência estudantil. Assim, o serviço não deve se restringir a respostas emergenciais, devendo contemplar também ações preventivas e acompanhamento de longo prazo, construindo respostas humanizadas, integradas e estruturadas, alicerçadas no Código de Ética Profissional e em referenciais teórico-metodológicos críticos.

Conforme apontam Cesa, Marques e Boessio (2024), situações como desastres demandam planejamento contínuo e estratégias articuladas entre serviços, políticas públicas e comunidade, de modo a garantir respostas adequadas e a promoção de cuidados de longo prazo. Nesse sentido, o grande desafio consiste em ampliar a

atuação do Serviço Social pós-desastre, garantindo acompanhamento contínuo que permita aos estudantes retomar seus projetos de vida e formação acadêmica.

Além disso, o acidente evidenciou questões até então invisibilizadas, como o adoecimento mental das(os) estudantes, impactos mais intensos sobre pessoas em situação de vulnerabilidade social e desigualdades de gênero, com mulheres assumindo demandas de cuidado para si mesmas e questionando seu papel social e familiar. Observou-se ainda o desconhecimento da rede de atenção em saúde e socioassistencial, bem como dificuldades de acesso a direitos, reforçando a necessidade de intervenções planejadas e contínuas.

Nesse contexto, a intervenção do Serviço Social mostrou-se estratégica não apenas no atendimento emergencial, mas também na articulação de redes de apoio e no acompanhamento integral das vítimas e suas famílias. Essa atuação evidencia a importância de reconhecer os desastres como expressões das desigualdades históricas e das fragilidades das políticas públicas, destacando o papel do Serviço Social na gestão de crises em desastres.

Por fim, a experiência evidencia o potencial inovador das instituições de ensino como espaços de acolhimento e proteção social, que ultrapassam seu papel tradicional de ensino. Portanto, é essencial fortalecer a formação, os recursos e as políticas intersetoriais, garantindo respostas mais humanizadas, democráticas e eficazes. O compromisso ético-político do Serviço Social permanece central para assegurar cidadania, efetivação de direitos e consolidação da profissão como agente de transformação social frente aos impactos profundos e multidimensionais de desastres (Marques, 2024).

REFERÊNCIAS

BUZZATTE, R. Saúde mental, a clínica de cuidados e promoção de vida: o olhar às pessoas em crise dentro da dimensão ético-política do Serviço Social. **Revista Serviço Social em Perspectiva**, Montes Claros, v. 7, n. 2, p. 110–127, 2023. DOI: 10.46551/rssp202321. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/6729>. Acesso em: 16 ago. 2025.

CESA, I. R.; MARQUES, N. R.; BOESSIO, L. L. "Da lama ao caos": um retrato da política de assistência social em um município afetado pelo desastre meteorológico. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL, 5., 2024, Florianópolis. **Anais [...]** Florianópolis: UFSC, 2024.

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de ética do/a assistente social**. Brasília: CFESS, 1993.

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **CFESS manifesta: o trabalho de assistentes sociais em situações de calamidades**. Brasília: CFESS, 2022. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta2022-ASemCalamidades.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2025.

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Subsídios para atuação de assistentes sociais na política de educação**. Brasília: CFESS, 2014. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf. Acesso em: 17 ago. 2025.

CHUPEL, C. P.; MIOTO, R. C. T. Acolhimento e serviço social: contribuição para a discussão das ações profissionais no campo da saúde. **Serviço Social & Saúde**, Campinas, v. 9, n. 10, p. 37–59, dez. 2010.

DUTRA, A. S. Onde estamos e para onde vamos? Notas sobre o exercício profissional de assistentes sociais em desastres. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. e33974, 2020. DOI: 10.15448/1677-9509.2020.1.33974. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/view/33974>. Acesso em: 17 ago. 2025.

LOLE, A.; STAMPA, I.; GOMES, R. L. R. **Para além da quarentena: reflexões sobre crise e pandemia**. Rio de Janeiro: Morula Editorial, 2020. Disponível em: <https://www.ciespi.org.br/media/files/fcea049a8ec4d511ecbe6e5141d3afd01c/f994e111ac4d711ecbe6e5141d3afd01c/Para%20Alem%20da%20quarentena.pdf>. Acesso em: 09 set. 2025.

MARQUES, N. R. **Desastres e a política de saúde: responsabilidades e possibilidades de intervenção**. 2018. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/8100>. Acesso em: 18 ago. 2025.

MARQUES, N. R. **Serviço Social e desastres: uma análise intercontinental**. 2024. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/11494>. Acesso em: 18 ago. 2025.

MARTH, M. P.; SOARES, E. S. Direito integral à saúde: estudo com sujeitos envolvidos em acidentes de trânsito sob a percepção do Serviço Social. **Serviço Social & Saúde**, Campinas, v. 16, n. 1, p. 99–118, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8651475/1752>. Acesso em: 01 set. 2025.

MINAYO, M. C. de S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 3, p. 621–626, mar. 2012.

MUSSI, R. F. de F.; FLORES, F. F.; ALMEIDA, C. B. de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, p. 60–77, 2021. DOI: 10.22481/praxisedu.v17i48.9010.

SANTOS, M. H. **Serviço Social e situações de emergência: práticas profissionais em contextos de desastre**. São Paulo: Cortez, 2012.

SOUSA, C. T. de. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 8, n. 1, p. 119–132, 2008. Disponível em: <http://www.uepg.br/emancipacao>. Acesso em: 07 set. 2025.

SOUZA, R. L. Modelo multidimensional de gestão de risco de desastres (MMGRD): uma proposta integrada para políticas públicas. **Gestão e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 11, n. 31, p. 147–164, 2017.

VALENCIO, N. Riscos, vulnerabilidades e desastres: uma abordagem crítica. In: CONGRESSO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS, 2010, São Carlos. **Anais [...]** São Carlos: UFSCar, 2010.

Contribuição de autoria

1 – Isabelle Rossatto Cesa

Assistente Social, Especialista em Políticas e Gestão em Serviço Social.
<https://orcid.org/0009-0006-5296-8699> • isarcesa@gmail.com
Contribuição: Análise formal, Metodologia, Escrita – Primeira redação.

2 – Camile Alves Cezar

Assistente Social, Especialista em Atenção em Urgências e Emergências, Mestra em Serviço Social.
<https://orcid.org/0009-0001-5122-6857> • camile.cezar@acad.ufsm.br
Contribuição: Análise formal, Escrita – Primeira redação.

3 – Nadianna Rosa Marques

Assistente Social, Especialista em Saúde Mental, Doutora em Serviço Social.
<https://orcid.org/0000-0003-1076-5974> • nadianna.marques@ufsm.br
Contribuição: Conceituação, Escrita – Revisão e edição.

Conflito de Interesse

Os autores declararam não haver conflito de interesses.

Disponibilidade de dados de pesquisa e outros materiais

Dados de pesquisa e outros materiais podem ser obtidos entrando em contato com os autores.

Direitos Autorais

Os autores dos artigos publicados pela Revista Sociais e Humanas (Santa Maria) mantêm os direitos autorais de seus trabalhos e concedem à revista o direito de primeira publicação, sendo o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição (CC BY-NC-ND 4.0), que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista.

Verificação de Plágio

A revista mantém a prática de submeter todos os documentos aprovados para publicação à verificação de plágio, utilizando ferramentas específicas, como Turnitin.

Editor - chefe

José Renato Ferraz da Silveira

Como citar este artigo

CESA, I. R.; CEZAR, C. A.; MARQUES, N. R. Atenção integral em desastres: o trabalho do Serviço Social em um serviço de acolhimento pós-acidente. **Revista Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 39, e95697, 2026. DOI 10.5902/2317175895697. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2317175895697>.